

António Lima | Debate do Programa do Governo | Intervenção final

Início esta minha intervenção final em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda saudando democraticamente o Sr. Presidente, todas as deputadas e deputados eleitos, o presidente do governo e os membros do Governo Regional cujo programa hoje terminamos de analisar e debater.

Este governo nasce de uma coligação de forças políticas de direita com apoio parlamentar da extrema-direita. É um governo que é uma engenhoca, tais são as diferenças entre os programas políticos dos partidos que o compõem e apoiam.

Do mesmo modo, este programa de governo é uma engenhoca mal construída.

É um programa repleto de contradições em várias áreas da governação. Elas começam logo na área social.

“As pessoas primeiro” é o lema deste programa de governo. Pessoas, desde que não sejam beneficiários do RSI, porque esses são imediatamente chamados de subsidiodependentes, como quis a extrema-direita.

Durante estes três dias de debate, o PSD, o CDS e o PPM e o próprio governo regional não se envergonharam de aplaudir o apontar o dedo aos pobres, pensando que a cláusula de respeito pelos direitos humanos que incluíram no acordo com a extrema-direita os absolve dessa atitude.

Mas já percebemos que a redução do RSI poderá nem ser para cumprir.

É que a seguir à redução do RSI, o programa de governo quer aumentar, reforçar, revitalizar, operacionalizar outros apoios sociais.

O tempo dirá qual das duas estratégias ficará para trás: se a redução do RSI ou o aumento de outros apoios sociais.

As contradições da manta de retalhos que é este programa de governo continuam na própria proposta de reforma do sistema político.

Ao mesmo tempo que faz juras de amor à Autonomia, pisca o olho ao federalismo propondo a designação de um juiz para o Tribunal Constitucional por cada região autónoma.

Para além da confusão e contradição subjacente a esta proposta, ela constitui a defesa implícita de que o Tribunal Constitucional funciona numa lógica corporativa e que ao direito se sobrepõe a força do lobby.

Mas estas contradições e confusões atingem o clímax quando se trata da democracia.

Esta maioria propõe-se atacar bases fundamentais da democracia: a representatividade e a proporcionalidade, quer através da diminuição do número de deputados deste parlamento, quer pela criação de um círculo regional para o parlamento europeu.

A engenhoca quer um governo grande e um pequeno parlamento, para satisfazer novamente a extrema-direita que vê a democracia como uma gordura a cortar.



I Grupo Parlamentar I



Na área económica, esta maioria espanta-nos com a clareza sobre o modelo de desenvolvimento que defende para os Açores.

A aposta do governo é apenas no setor primário, a que se junta o turismo. Todos eles setores de baixo valor acrescentado. Mais do mesmo, portanto.

Os Açores precisam de diversificar a sua economia, construindo novas bases com novos setores económicos de futuro, geradores de valor acrescentado e melhores salários.

Setores que tenham no conhecimento, na ciência e na tecnologia pilares do seu desenvolvimento.

Só assim é possível atacar a pobreza, a precariedade e fixar jovens na região.

Colocar o turismo como motor do desenvolvimento da região é um erro crasso que os Açores pagarão muito caro. Basta olhar para a região autónoma da Madeira, com um setor turístico pujante e onde o risco de pobreza é quase tão alto como nos Açores.

Isto para não falar dos riscos que constitui a dependência em demasia do turismo, tão suscetível a impactos externos, como veio a pandemia uma vez mais demonstrar.

A verdade é que o Governo até sabe disso e reconhece-o quando diz que o turismo terá uma reativação “muito morosa” no período pós-Covid.

O Governo assume que, na sua estratégia, o motor será a última coisa a arrancar!

As experiências de ensino dual que este governo quer criar encaixam que nem uma luva nesta visão de uma região pobre.

O ensino dual é mais uma forma de criar mão-de-obra barata, pouco reivindicativa e precária. A base para a manutenção de uma região atrasada e pobre.

Hoje, os nossos jovens mais qualificados, mas não só, estão a sair dos Açores para contornar a precariedade que aqui encontram. Saem também os quadros superiores e médios.

Manter este o modelo económico, como propõe este governo é continuar a perder gerações e a hipotecar o futuro dos Açores.

Nas áreas que podem dar um impulso de mudança aos Açores, como a ciência e tecnologia, o programa de governo é uma total confusão.

O governo quer criar uma entidade espacial regional, entidade esta que já existe desde maio de 2019 e é tão somente o departamento do Governo Regional com competência em matéria de ciência e tecnologia;

No mar, a confusão é visível quando se quer fazer crer que a escola do mar terá produção científica. Ou será que estamos a falar de outro projeto?

O Observatório do Atlântico é, segundo este governo, para continuar a desenvolver, quando ainda nem sequer existe.

Os Governos do Partido Socialista criaram a imagem de que a ciência e tecnologia estavam em grande desenvolvimento.

Agora esta maioria quer surfar a onda quando o mar está calmo.

Com a política desenvolvida até aqui, os Açores servem essencialmente como base de instalação de equipamentos, fazendo uso da nossa posição geoestratégica. Ficamos apenas com as migalhas do valor gerado.

Noutras áreas o Governo está a preparar um novo paradigma de negócios para amigos pagos pelo erário público.

Pretendem que a EDA compre energia produzida por produtores privados, mesmo que dela não precise. Produtores cujos projetos são subsidiados quiçá com estatuto de PIR e benefícios fiscais durante cinco anos.

É um novo modelo de negócio que se abre, sempre com rendas garantidas para os amigos.

Também na saúde, aproveitando o estado debilitado do Serviço Regional de Saúde, quer este governo apresentar o setor privado como salvador da saúde dos açorianos.

A concretizar-se, essa política será a morte lenta do Serviço Regional de Saúde.

A canalização de recursos para o setor privado degradará progressivamente o SRS. Este não precisa que a sua capacidade seja esgotada, como defende o Governo, precisa que seja largamente aumentada para responder às necessidades dos açorianos e açorianas!

No ambiente, a indignação de um dos partidos da engenhoca com a incineradora esfumou-se com a sua ida para o Governo.

Quem nos dera que tivesse tido o Governo a mesma convicção em parar a incineradora de São Miguel do que teve para extinguir o GACS!

Mas no caso da incineradora, valores e interesses superiores se levantam e os negócios não são para estragar assim. Tão assim é que hoje se adjudicou a construção da incineradora.

Na agricultura, por detrás da lógica da competitividade que o governo apresenta, esconde-se a aposta na agricultura intensiva mesmo que no meio se coloque a palavra ecológica para disfarçar.

Na agricultura intensiva nunca poderemos ser competitivos e o governo cavará mais fundo a crise do setor.

No bem-estar animal a pobreza da proposta e do discurso indiciam total estagnação.

Mas o debate do programa de governo também nos revelou que este governo parece ansioso por dar más notícias, como se a crise por que passamos não fosse suficiente.

O governo procurou antecipar uma decisão desfavorável da Comissão Europeia relativamente aos aumentos de capital da SATA que ainda estão em investigação.

Para além dos dividendos políticos que quer no imediato tirar, parece este governo da engenhoca ansioso por uma decisão fatal que lhe dê o pretexto para deitar fora as promessas e o programa que apresentou a esta assembleia.

É, por isso, um governo que não quer lutar pelos Açores mas sim lutar pela sua sobrevivência política.

Este é um governo com estranhas relações de poder que inviabilizam qualquer estratégia setorial.

É exemplo destas estranhas relações a doação, na orgânica do governo, da gestão da aerogare civil das Lajes à vice-presidência enquanto todas as outras aerogares que pertencem à região ficam na tutela dos transportes.

Relembro que a vice-presidência tem a tutela da solidariedade social e não dos transportes.

Cria-se assim a donataria das Lajes da ilha Terceira sob a livre administração da vice-presidência.

As políticas erradas e contraditórias que se cozeram para fazer uma espécie de programa de governo anulam-se, contradizem-se e rasgam setores a meio.

Com este programa e este governo, os Açores andarão aos supetões, por vezes sem rumo, outras tantas para trás.

Há quatro meses o Bloco de Esquerda fazia oposição a um governo de maioria absoluta do Partido Socialista, criticando os seus erros e as suas cedências aos poderosos.

Hoje, perante um Governo de todas as direitas continuaremos a ser a oposição que não mudou de sítio, nem de política e que continua a defender quem trabalha, os de baixo, a sustentabilidade ambiental e o progresso e desenvolvimento dos Açores.

Não é este programa de governo que defendemos para os Açores. Votaremos contra o programa do XIII Governo Regional.

Horta, 11 de dezembro de 2020
